

SUGESTÕES PARA O PLANO DE ATIVIDADES DA ESMPU DE 2018

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão realizou sete oficinas no primeiro semestre de 2017: 1) Crimes Cibernéticos; 2) Crimes de Fronteira; 3) Tribunal do Júri; 4) Fraudes Previdenciárias; 5) Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas; 6) Crimes Contra o Sistema Financeiro e a Ordem Econômica; 7) Lavagem de Ativos e Financiamento do Crime Organizado. Considerando o resultado profícuo dessas oficinas, que permitiram identificar os principais entraves e as estratégias para melhoria da eficiência na persecução penal, a 2ª Câmara indicou os temas nelas tratados como sugestão para cursos de aperfeiçoamento a ser inserido no Plano de Atividades da ESMPU de 2018. O conteúdo programático sugerido é o seguinte:

Atividades	Conteúdo Programático
Curso Crimes Cibernéticos	• Desafios atuais da criminalidade cibernética; • Whatsapp e outros serviços equivalentes: problemas técnicos e jurídicos enfrentados pelas autoridades no Brasil; • Ferramentas e técnicas de investigação; • Estratégias de investigação e processamento dos crimes envolvendo pornografia infantil e ódio na internet: tendências na persecução desses crimes;
Curso Tribunal do Júri	• Júris federais: questões práticas.
Curso Crimes de Fronteira	• A criminalidade característica das fronteiras brasileiras: identificação de prioridades e construção de estratégias; • O combate ao tráfico de armas e de entorpecentes: abordagens operacionais de sucesso e novos desafios; • Contrabando e descaminho: análise de risco e estratégias de persecução penal; • Tráfico de pessoas: alinhamento entre a detecção e a persecução penal.
Curso Fraudes Previdenciárias	• Estratégias de prevenção, detecção e investigação de fraudes previdenciárias; • Estudo de Casos das Operações da Força Tarefa Previdenciária; • Cruzamento de dados e detecção de fraudes: projeto-piloto no RN; • Medidas preventivas nos registros de pessoas naturais.
Curso Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas	• Inteligência e coordenação interinstitucional no planejamento das operações de fiscalização; • Conceito de trabalho escravo e elementos indicadores; • Técnicas de investigação e produção probatória: o caso da extração da piaçava no Amazonas; • O tráfico de pessoas e suas conexões com o trabalho escravo;
Curso Crimes contra o Sistema Financeiro e a Ordem Econômica	• Prevenção e detecção dos crimes contra o Sistema Financeiro; • Mercado de Capitais (aspectos econômicos dos crimes previstos na Lei 6385/76 , arts. 27-C a 27-F); • Identificação de movimentações e/ou operações atípicas como instrumento da persecução penal; • Regimes Próprios de Previdência Social e Fundos de Pensão; • A Infração de Cartel (Lei nº 12.529) e o Crime de Cartel (Lei nº 8.137); • O Acordo de Leniência do CADE. Problematisação, experiência e reflexos para além do CADE.
Curso Lavagem de Ativos e Financiamento do Crime Organizado	• Desafios atuais do combate ao crime organizado; • Estratégias com foco no financiamento e a investigação patrimonial; • A atuação do COAF e a qualidade dos RIFs como instrumento de combate à lavagem de ativos; • Experiências do Grupo de Apoio sobre Lavagem de Dinheiro; • A lavagem de ativos e o financiamento do tráfico de drogas; • As políticas de combate ao crime organizado e suas alternativas.
Curso “Atuação do MPF nos crimes da ditadura”	• As obrigações positivas do Estado brasileiro em matéria penal; • Os crimes da ditadura militar brasileira como delitos de lesa-humanidade; • O desaparecimento forçado de dissidentes políticos como crime permanente e não exaurido; • A falta de contingência a punição como obstáculo ao início do prazo prescricional; • O estupro como delito de lesa-humanidade; • Os crimes conexos aos crimes contra a humanidade.
Seminário de boas práticas na área criminal	• Política nacional de fomento à atuação resolutiva do Ministério Público brasileiro (recomendação); • Entre outros.
Workshop “Política de proteção de dados no Brasil”	• Diretrizes, possibilidades e formas de compartilhamento de dados entre os órgãos.